

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ELAYNE CORDEIRO FERREIRA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: Sob o
olhar da Psicologia**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

ELAYNE CORDEIRO FERREIRA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: Sob o
olhar da Psicologia**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Dr. Francisco Francinete Leite Júnior

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

ELAYNE CORDEIRO FERREIRA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: Sob o
olhar da Psicologia**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 07/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: MR. FRANCISCO FRANCINETE LEITE JÚNIOR

Membro: MR. MARCOS TELES DO NASCIMENTO/UNILEÃO

Membro: ESP. GILCÉLIA GARCIA PINHEIRO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: Sob o olhar da Psicologia

Elayne Cordeiro Ferreira¹

Francisco Francinete Leite Júnior²

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo discutir teoricamente como se dão os processos educacionais das Pessoas Com Deficiências (PCDs) assistidos por Núcleos de Acessibilidade e Inclusão e quais são os desafios apresentados a partir da literatura científica, no contexto da educação de ensino superior. O estudo também propõe apresentar prerrogativas acerca de como a Psicologia pode acrescentar e contribuir no processo educacional desse fenômeno complexo, diversificado e com tantos entraves. Metodologicamente utilizou-se das bases de dados Capes Periódicos, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico com busca avançada com descritores de *Inclusão*, *Acessibilidade no Ensino Superior*; realizadas no período de 07 de maio a 15 de novembro do ano de 2023. Também foram consultados, sites governamentais, textos complementares e obras da literatura com temas de *inclusão*, *acessibilidade no ensino superior*. O estudo percebeu e discutiu sobre as intercorrências que ocorrem neste contexto, bem como levantou alguns apontamentos acerca de como se dão os desafios existentes nos núcleos de acessibilidade e inclusão e como estes, conseguem mitigar os obstáculos apresentados. Em resumo, ficou evidente que o tema requer investigações e estudos mais aprofundados devido à sua importância e à crescente demanda no contexto educacional atual. É importante salientar que essas pesquisas sejam realizadas com o objetivo de oferecer novas perspectivas e ações que beneficiem a promoção de uma educação inclusiva de excelência. Esta abordagem deve defender o reconhecimento da diversidade humana, respeitar os direitos adquiridos e, acima de tudo, garantir a dignidade de todos os grupos dentro dessas instituições educacionais.

Palavras-chave: Inclusão. Acessibilidade. Psicologia. Nível Superior.

ABSTRACT

The present study aimed to discuss theoretically how the educational processes of People with Disabilities (PWDs) assisted by Accessibility and Inclusion Centers take place and what are the challenges presented from scientific literature, in the context of higher education education. The study also proposes to present prerogatives about how Psychology can add and contribute to the educational process of this complex, diverse phenomenon with so many obstacles. Methodologically, the Capes Periódicos, Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and Google Scholar databases were used with advanced search with

¹ Elayne Cordeiro Ferreira. Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: elaynecordeiro12345@gmail.com

² Francisco Francinete Leite Júnior. Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

descriptors of Inclusion, Accessibility in Higher Education, carried out from May 7th to November 15th of the year 2023. Government websites, complementary texts and works of literature on themes of inclusion and accessibility in higher education were also consulted. The study noticed and discussed the complications that occur in this context, as well as raising some notes about how the existing challenges in the accessibility and inclusion centers occur and how they manage to mitigate the obstacles presented. In summary, it was evident that the topic requires further investigation and studies due to its importance and growing demand in the current educational context. It is important to highlight that this research is carried out with the aim of offering new perspectives and actions that benefit the promotion of excellent inclusive education. This approach must defend the recognition of human diversity, respect acquired rights and, above all, guarantee the dignity of all groups within these educational institutions.

Keywords: Inclusion. Accessibility. Psychology. Higher level

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade muitos são os questionamentos acerca dos processos de inclusão e acessibilidade dentro dos espaços institucionais, em especial as práticas instituídas no âmbito do ensino superior. Para Mantoan (2003), existe uma significativa diferença entre “inclusão” e “integração” sendo necessário evidenciar, pois apesar de serem conceitos semelhantes, divergem quanto às suas significações e principalmente nas ações que atribuem. Logo, o processo de integração que ocorre dentro de estruturas educacionais oferecendo aos alunos possibilidades de inserção às salas de aula do ensino regular, na verdade trata-se de uma ideia de inserção parcial, pois tal sistema preconiza serviços educacionais ainda segregados. Em contrapartida, o conceito de inclusão para a autora se dispõe incompatível com o da integração, pois nesse caso a inserção escolar se dá de forma radical, completa e sistemática inferindo que todos os alunos, sem exceções, frequentem o mesmo espaço educacional.

Sabe-se que a partir da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei 13.146 (Brasil, 2015) LBI Inclusão da Pessoa com Deficiência, das quais são leis que instituem as prerrogativas acerca de quais ações sejam pertinentes a esse público, estabelecendo as diretrizes de direitos e condições para que as instituições possam acolher, manter e superar quaisquer adversidades que comprometam a plena participação desses indivíduos dentro das instituições de ensino. Desse modo, o campo educacional passa a sofrer ainda mais modificações e adaptações para assim contribuir na integração e posteriormente inclusão de maneira significativa de tal público, respeitando seus direitos em seus processos de aprendizagem e construção dentro da esfera educacional (Brasil, 2015).

Ainda sobre essa discussão, Pletsch e Souza (2021), em consonância com tais leis, apontam que as ações desenvolvidas tenham foco voltados para o público das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), pessoas com altas habilidades e superdotação e pessoas com mobilidades reduzidas, necessitadas de condições que as amparem no desenvolvimento de seus processos na aprendizagem dentro das instituições de ensino. Os autores também discorrem ser necessário às instituições, medidas de formas diversas de acessibilidade tais como: acessibilidade arquitetônica; acessibilidade atitudinal; acessibilidade comunicacional; acessibilidade instrumental; acessibilidade metodológica no ensino, pesquisa e extensão, que possam contribuir de maneira significativa e efetiva dentro das instituições de ensino utilizando-se de meios de tecnologia assistiva ou ajuda técnica, a

fim de contemplar a forma de “desenho universal” que a pauta da inclusão tanto almeja dentro da educação inclusiva brasileira.

Sendo assim, de acordo com Oliveira e Rodrigues (2011), os processos de inclusão dos indivíduos com algum tipo de deficiência dentro dos espaços educacionais, em especial nos de ensino superior, devem ser permeados pela necessidade de expansão dos seus projetos de forma total e integrada, onde tais planos necessitam comprometer-se em uma verdadeira transformação dentro dessas instituições, objetivando assim garantias em seus espaços e consequentemente, indivíduos interessados que anseiam pelo fim de obstáculos que comprometem seus desenvolvimentos nesse processo. Assim sendo, os autores também abordam que todo o sucesso da inclusão de egressos com deficiência advém das possibilidades dos progressos significativos oriundos primeiramente da sua escolaridade básica, assim como também das adequações de práticas pedagógicas que ampliem as diversidades desses aprendizes.

O estudo em questão implica-se como justificativa pessoal, devido a anseios de uma estudante de Psicologia e estagiária de um Núcleo de Acessibilidade e Inclusão- NAI que presta atendimentos aos alunos com deficiências assim como também convive diretamente e indiretamente com indivíduos com algum tipo de deficiência, onde acredita num processo de educação inclusiva que possa se tornar efetivo e contribuir significativamente no processo de aprendizagem e qualificação profissional desses sujeitos.

Na dimensão social, acredita-se que o estudo em questão pode encontrar o entendimento e subsídios de condutas que reúnam possibilidades para uma ampliação nas práticas de inclusão e acessibilidade nas instituições de ensino superior processo este, que encontra-se em desenvolvimento e ascensão já que os indivíduos com quaisquer deficiências também são desejosos de sentirem-se pertencentes e participativos dentro desses espaços de formação profissional.

No contexto acadêmico, o estudo torna-se importante devido às pesquisas sobre a inclusão e a acessibilidade no âmbito educacional no ensino superior dos quais ainda são incipientes, logo o estudo pode contribuir para fomentar o desejo de novos pesquisadores nesse campo que cresce com o passar dos anos, o que o torna assim, propício para instigar contribuições de novos indivíduos desejantes de contribuir com essa pauta que tanto se faz invisibilizada.

Para tanto, o intuito deste estudo busca explorar questionamentos acerca da pergunta norteadora “Como a literatura científica apresenta as práticas de inclusão e acessibilidade nas instituições educacionais de ensino superior e como a Psicologia pode contribuir nesse

processo de desenvolvimento acadêmico/profissional dos discentes com deficiência?” Diante de tantas proposições e caminhos, torna-se imprescindível entender como se constituiu toda essa trajetória que permeia questões relativas a essa pauta, e o que existe de relevância na literatura sobre essas discussões.

O estudo objetiva compreender sobre as práticas de inclusão e acessibilidade das instituições de ensino superior para com os discentes com deficiências, a partir de uma narrativa da literatura científica, buscando entender as noções da inclusão e acessibilidade e como se dão essas proposições dentro desses espaços institucionais, tentando abranger como estas instituições pautam as suas ações e promovem a inclusão e acessibilidade desses sujeitos nesse âmbito de ensino. O estudo também se propõe a estudar como a psicologia pode participar e agregar na construção dos desenvolvimentos pedagógicos e sócioafetivos desses sujeitos, que aprimorem e promovam alternativas acerca das ações de inclusão e acessibilidade no âmbito do ensino superior.

2 METODOLOGIA

Este é um estudo de revisão narrativa da literatura, que possui caráter amplo pautado em explorar o que existe na literatura sobre o desenvolvimento de determinado assunto, a pesquisa narrativa da literatura também conhecida como crítica narrativa ou crítica literária tradicional, comparada à crítica sistemática, apresenta um tema mais aberto; dificilmente parte de um problema específico, bem definido, que não exija um processo preparatório rígido; a busca de fontes não é predeterminada nem específica e muitas vezes é menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, proporcionando ao autor informações seletivas, sujeitas a grande interferência da percepção subjetiva para assim abranger questionamentos mais específicos sobre o tema (Cordeiro *et. al*, 2007).

As bases de dados consultadas foram Capes Periódicos, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico com busca avançada com descritores de *Inclusão, Acessibilidade no Ensino superior*, realizadas no período de 07 de maio a 15 de novembro do ano de 2023, eram sempre filtradas no idioma português e no período dos últimos cinco anos e alguns outros textos complementares, sem data estipulada. Foram também consultados sites governamentais assim como obras da literatura com temas de *inclusão, acessibilidade no ensino superior*, durante o ano de 2023.

3.1 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR

A deficiência em termos gerais refere-se à deficiências físicas, sensoriais, mentais ou intelectuais que resultam em limitações significativas no desempenho de uma ou mais atividades importantes na vida. Sendo assim, definir deficiência continua a ser difícil porque combina fatores complexos, dinâmicos, multidimensionais e questionáveis que são determinados histórica e socialmente. Segundo Nogueira (2016), este termo não pode ser falado de forma abstrata e geral, e sim, como pessoas com deficiência que vêm de diferentes sociedades, classes sociais e culturais. Logo, as pessoas com deficiências devem ser tratadas individualmente, reconhecendo-se que cada pessoa tem uma história de vida única que é compartilhada coletivamente, e as oportunidades que ela tem para lidar com esta condição e limitações que a mesma enfrentará, são geralmente limitadas pela sociedade em que vive, que tem uma compreensão muito restrita do que significa ser deficiente e quais tipos de pessoas são deficientes, fato este que as tornam alvos de preconceitos recorrentes.

As instituições educacionais perpassam sempre por transformações e adequações à medida que a história avança. Desse modo, espera-se que as necessidades dos indivíduos inseridos nesses espaços sejam atendidas, considerando invariavelmente o contexto e as especificidades de cada sujeito assistido. É importante salientar que o presente estudo se direciona aos cidadãos que há muito sofrem, mas que ainda assim, perseveram construindo-se e conquistando espaços independente das suas limitações nas instituições. A autora expõe que os resultados do último censo mostram números diferentes dos até então apresentados. De acordo com os novos resultados do censo de 2022, quase 19 milhões dos brasileiros representam a população com deficiência no Brasil, sendo 8,9% o percentual na atual conjuntura, resultado este muito inferior ao informado anteriormente. Desse modo, esses novos dados podem estimular sérias inconsistências e possivelmente interferir no desenvolvimento e na conduta das políticas públicas voltadas para esse público em específico. Considerando o exposto, o trabalho que se segue visa explorar como as práticas inclusivas, a acessibilidade das instituições de ensino e a psicologia podem contribuir para um desenvolvimento possível e eficaz acadêmico/profissional dos estudantes com deficiência no âmbito do ensino superior no nosso país (Gala, 2023).

Se faz importante salientar que os padrões históricos orientados acerca das questões relativas à inclusão dentro do ambiente educacional, e não somente especificamente no ensino superior, conduzem a uma educação inclusiva que permeia por questionamentos que na

maioria das vezes confundem prerrogativas acerca de como esse processo ocorre. De acordo com Braga Júnior (2022), os marcadores constituídos nas políticas de inclusão, especificamente acerca da acessibilidade, por vezes somente cristalizam as diferenças entre os sujeitos com deficiência dentro desses espaços, limitando não apenas os seus acessos, mas interferindo também na participação política e social desses indivíduos, dificultando assim a efetivação dos seus direitos, o que corrobora e afeta um contexto mais linear com um processo de in/exclusão.

Ainda sobre essa discussão, no processo de democratização das escolas, o paradoxo inclusão/exclusão torna-se evidente quando os sistemas educacionais universalizam o acesso, mas continuam a excluir indivíduos e grupos que fogem aos critérios de homogeneização das escolas. A exclusão nas suas mais diversas formas têm assim traços comuns nos processos de separação e integração que pressupõem escolhas e naturalizam o insucesso escolar. A educação especial é tradicionalmente organizada como um serviço educacional especializado que substitui a educação geral e possui uma grande variedade de entendimentos, termos e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Com base no conceito de normal/anormal, esta organização define uma forma de atendimento clínico-terapêutico fortemente enraizada na testagem psicométrica e através do diagnóstico define a prática nas escolas para alunos com deficiência (Griboski *et al.*, 2008).

Mendes (2022), expõe que a discussão da educação inclusiva no âmbito superior é recente, pois apesar de já estar desde 2016 instituído na Lei 13.409/2016, na qual é assegurado o acesso também a esse direito de pessoas com deficiência ao ensino superior, a mesma lei também propõe que apenas o acesso às universidades é insuficiente, pois há desafios maiores como o da permanência e o prosseguimento de estudos aprofundados acerca desses alunos. De acordo com estudos, a acessibilidade é um ponto chave para ser discutido, pois pode assegurar resultados interessantes a respeito desta pauta, onde a barreira atitudinal vem a ter um dos maiores entraves para ser desenvolvida e implementada, precisando ser muito bem pensada e trabalhada para assim, deixar de ser dentre as barreiras da acessibilidade o maior obstáculo, sendo esta a que mais dificulta as discussões e ações acerca do processo de inclusão.

Para Griboski *et al.* (2008), a educação especial é uma categoria de educação que permeia por todos os níveis, etapas e modalidades para oferecer serviços de educação especial, fornecer recursos e serviços com finalidade de utilizá-los no processo de ensino e aprendizagem em salas de aula regulares. A missão dessa assistência educacional profissional é identificar, desenvolver e organizar recursos educacionais e acessíveis que eliminem

barreiras à plena participação do aluno. Considerando suas necessidades específicas, estes serviços complementam o desenvolvimento da autonomia e independência do aluno dentro e fora das instituições de ensino. Ademais, essas atividades de apoio educacional profissional incluem programas de aprimoramento curricular, idiomas de instrução, códigos específicos para comunicação e sinalização e uso de tecnologia assistiva.

Já outros autores, discutem que a questão da acessibilidade e seus diversos aspectos foram destacados em diálogo com a compreensão da deficiência por meio de seu funcionamento em relação aos modelos sociais e de direitos. Sendo assim, diante das mudanças e avanços científicos e políticos, a deficiência não é mais entendida como uma característica da pessoa, mas como resultado das interações sociais e da falta de acessibilidade que impedem a plena participação da pessoa. Diante de tantos cenários pautados acerca de uma luta por uma educação inclusiva, no desenrolar de nossa história aconteceram diversos movimentos dos quais alicerçam condutas acerca da educação brasileira sendo assim, tornou-se necessário o desenvolvimento de ações que promovessem a acessibilidade desses indivíduos que por longos períodos tiveram seus direitos negados (Pletsch; Melo; Cavalcanti, 2021).

Ainda sobre essa mesma discussão, pautada agora nas políticas de inclusão no âmbito educacional do ensino superior, geralmente as exigências acerca de como esse processo ocorre nesses espaços, orienta que é devido às instituições buscar organizar-se de maneira apropriada e consonante com a Lei nº13.146/2015 a Lei de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (LBI), e claro adaptar-se a cada especificidade, circunstâncias e contextos desses indivíduos. No ensino superior, a educação especial é implementada por meio de políticas que promovem o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Essas ações incluem planejamento e organização de recursos e serviços para promoção e acessibilidade arquitetônica, de comunicação, de sistemas de informação, materiais didáticos e educativos que estarão disponíveis no desenvolvimento dos processos seletivos e em todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando sempre a superação das barreiras impeditivas para o pleno processo de aprendizagem da pessoa com deficiência. Essa Lei de inclusão traz princípios para garantir os direitos das pessoas com deficiência, mesmo em situações em que carecem de plena e/ou permanente capacidade de decisão. Vale, portanto, ressaltar que nas práticas psicológicas oferecidas a essas pessoas no contexto educacional, espera-se que os psicólogos devam garantir o suporte necessário mediando e contribuindo para tomadas de decisão, que promovam a sua acessibilidade, concretizando a liberdade de escolha e expressão e principalmente as especificidades de cada indivíduo dentro desses espaços (Brasil, 2015).

Os autores Pletsch, Melo e Cavalcanti (2021), propõem reflexões acerca da transversalidade das ações de inclusão muito para além de atributos a apenas os núcleos de acessibilidade, para eles de acordo com os estudos sobre a pauta, deter-se a apenas esses setores, mesmo já previstos e aceitos em lei, permeiam por questões de insuficiências, pois o sentimento para os coordenadores de tais núcleos permeiam por questões de individualidade, impotência e de responsabilização que são exclusivas apenas de tais setores, o que claramente dificulta toda uma sistematização dessas ações devidas. Na verdade, os autores discutem que estas são algumas das questões que devemos ponderar e organizar em coletivo, procurando assim formas de superá-las, avançando no sentido de engajar esta organização como um núcleo estratégico e de uma forma que promova o debate, não apenas sobre as pessoas com deficiência, mas também sobre as mudanças sociais e epistemológicas envolvidos no debate sobre a diversidade humana. Isto requer então uma posição de repensar sobre o papel das universidades na sociedade contemporânea.

3.2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Para enfrentar este fenômeno social que tanto impacta as construções dentro dessas instituições, a partir do ano de 2005 no Brasil com a criação do Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Incluir), materializando-se posteriormente no ano de 2011, por meio do Decreto nº. 7.611/2011 (Brasil, 2011), foram estruturados e implementados os Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino (IFES) que assumiram protagonismo que propõem ações que garantam o pleno acesso das pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior, sendo que o principal objetivo da inclusão é incentivar a criação e consolidação desses centros de acessibilidade nessas instituições, tornando-os então responsáveis por organizar atividades institucionais que garantam a integração das pessoas com deficiência consolidando o compromisso de promover a eliminação de barreiras que limitam a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes buscando eliminar assim as tais barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (Brasil, 2011).

Diante de tais proposições, os autores em consonância com a LBI fornecem um conjunto de definições para diferentes tipos de abordagens para a acessibilidade: “Acessibilidade arquitetônica”: que incide em não haver barreiras físicas no ambiente, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos transportes pessoais individuais ou coletivos; “Acessibilidade atitudinal”: que se apresenta livre de

barreiras acerca de preconceito, estigma, estereótipos e discriminação; “Acessibilidade comunicacional”: sendo a liberdade de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no ambiente digital) e por fim, “Acessibilidade instrumental”: que representa a liberdade de impedimentos a ferramentas, utensílios e ferramentas utilizadas para trabalho, estudo, recreação, entretenimento e vida diária. A questão da acessibilidade e seus diversos aspectos têm sido destacados em diálogo com uma compreensão da deficiência baseada na sua função aliada a um modelo social e de direitos. Essa mudança representa um avanço conceitual significativo, pois desvia a atenção dos obstáculos do tema e centra o debate nos papéis e capacidades sociais dessas pessoas. Segundo os estudos, para tornar uma universidade inclusiva em todos os aspectos da acessibilidade, são necessárias ações voltadas para a acessibilidade comportamental, métodos, comunicação, arquitetura, ferramentas, programas e currículos de ensino sempre mencionadas por diversos outros autores (Pletsch; Melo; Cavalcanti, 2021).

Tais discussões também abordam que existem vários de muitos dos desafios ainda a serem superados, especialmente em instituições federais de ensino superior cuja matrícula de alunos com deficiência e autismo (TEA) vem aumentando desde a implementação da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, na qual garante a reserva de vagas nas universidades públicas federais de ensino superior para esse segmento da população. Os autores apontam que o direito das pessoas com deficiência ao acesso ao ensino superior com base no quadro jurídico, político e pedagógicos, tendo em conta para o efeito de sua experiência em Núcleos de Acessibilidade (ou equivalentes), reproduzem o desejo de desenvolver e apresentar caminhos, capacidades institucionais e redes para fortalecer as recomendações sobre inclusão e acesso ao ensino superior contidas nas diretrizes nacionais, e ao mesmo tempo poder fortalecer a produção científica e tecnológica relacionada a esta pauta (Brasil, 2016).

Sobre essa mesma discussão as autoras Wellichan e Souza (2017), pesquisando sobre o cenário ilustrativo de uma instituição de ensino privada, dispõem que ao matricular o aluno com deficiência, essa instituição deve atentar para fornecer informações não só sobre o curso, mas também sobre os recursos disponíveis para que os mesmos possam se desenvolver e atender às práticas do curso que foi escolhido. Nesse sentido, algumas universidades procuram estar atentas a essas necessidades e estabelecem centros e grupos específicos para atender e orientar estudantes e professores no processo de integração universitária. Por fim, deve ficar claro que os objetivos educacionais identificados para os alunos com deficiência devem ser os mesmos dos alunos sem deficiência, a diferença neste cenário serão os métodos e estratégias que possam fornecer recursos e serviços específicos especializados em inclusão e

acessibilidade que agreguem no processo de ensino e aprendizagem utilizados para alcançá-los dependendo das características e especificidades de cada aluno.

Em um estudo feito em 2015, onde foram apontados as responsabilidades atribuídas aos núcleos de acessibilidade, foi percebido que essas ações têm caráter amplo, tendo em vista a quantidade de aparatos necessários aos sujeitos PCDs, também é mencionado sobre a importância de tais núcleos, que devem ter competência para melhorar o acesso dos sujeitos com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos nas IES, sendo dever dos mesmos, buscar integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. Contudo, o estudo também apontou que tais ações precisam contemplar diferentes e diversos âmbitos, fato este que dificulta e minimiza as ações ofertadas por tais departamentos, levantando assim questionamentos acerca de quais seriam as reais funções cabíveis para esses núcleos. Enfatizou-se que tais atribuições necessitam ser ampliadas a toda a comunidade acadêmica, pois apenas desta forma não se tornarão setores sobrecarregados. Todavia, há necessidade de um maior apoio universitário para investir na implementação desses centros e/ou comissões de extensão, bem como a responsabilidade da universidade em promover a acessibilidade a toda a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários), especialmente na melhoria da acessibilidade e políticas organizacionais, não transferindo apenas a responsabilidade para tais núcleos, visto que estes possuem pouca voz nas decisões e mudanças existentes na instituição (Ciantelli, 2015).

As universidades estão mudando em vários aspectos, um deles é a expansão do ensino superior, onde grande parte da população deseja estudar em uma instituição de ensino, seja ela pública ou privada. Contudo, o processo seletivo deve ser considerado e a universidade deve analisar as condições para que um aluno se torne efetivo e permanente. O que se tem percebido na contemporaneidade é um afluxo maciço de estudantes, muitos dos quais não permanecem na faculdade e tão pouco concluem os seus estudos. Portanto deve-se haver uma discussão de inclusão/exclusão para considerar os alunos que ingressam nesses cursos. E uma vez assim sendo, este espaço deve ser acolhedor e transformador para todos os envolvidos, pois independente das suas especificidades todos têm o direito de encontrar condições propícias à sua permanência nas universidades e à implementação da educação inclusiva. Assumir esse compromisso é engajar-se em um processo de sensibilização e desconstrução de representações sobre o processo educativo envolto às deficiências, das dificuldades escolares e de aprendizagem onde na verdade necessitam de contribuições e debate acerca da acessibilidade atitudinal tanto dentro dos espaços educativos, assim como também nos espaços sociais, pois construir um processo a esse nível de acessibilidade é, antes de tudo, um

processo de desconstrução da atual cultura educativa e social do nosso país.(Maceda; Romanini, 2021).

As autoras Wellichan e Souza (2017), acrescentam que para uma instituição de ensino seja considerada inclusiva, mais do que a remoção de barreiras arquitetônicas, o conceito de inclusão deve implicar respeito à diferença e à diversidade, incluindo mudanças de atitudes a nível profissional e, portanto, de toda a comunidade local (funcionários, professores e estudantes). Independentemente da natureza do equipamento: público ou privado, devem existir oportunidades, bem como a adaptação, reforma, construção, aquisição e disponibilização de recursos tecnológicos e educacionais para proporcionar acesso e condições de longo prazo a todos os estudantes das universidades.

3.3 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS (TA) E O DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM (DUA): CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para atender às necessidades de aprendizagem destes alunos e poder identificar, desenvolver e organizar recursos educacionais e acessíveis que eliminem barreiras à plena participação destes nos mais variados ambientes institucionais, muitas investigações foram feitas sendo que na atualidade, outras tantas ainda permanecem em curso. Na tentativa de solucionar medidas e ações para esse dilema educacional, foram encontradas pesquisas sobre as Tecnologias Assistivas (TAs) e o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), tais propostas estratégicas apresentam-se há vários anos, sendo utilizadas como medidas pensadas e instituídas com finalidade de promoção, integração e porque não dizer, a tão sonhada inclusão, dentro do espaços educacionais nos seus mais variados níveis e modalidades. As TAs “tecnologia assistiva ou ajuda técnica”: seriam os produtos, equipamentos, ferramentas, recursos, métodos, estratégias, práticas e serviços disponibilizados que promovam “uma funcionalidade” de atividades relacionadas à comunicação e participação de pessoas com deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida, que visam a autonomia, a independência, a qualidade de vida e consequentemente a integração social desse público em específico. Já “Desenho Universal”: demarca-se como concepções de produtos, ambientes, programas e serviços ofertados “para um todo”, ou seja, devem ser usadas dessas estratégias para todos que delas possam e queiram se servir, sem a exigência de uma necessidade de acessibilidade específica, isso quer dizer que tudo o que é desenvolvido nesse modelo estratégico permeia por concepções e ações em que todos os envolvidos no processo educacional seja beneficiado,

sendo utilizados os recursos concomitante aos alunos com ou sem alguma deficiência dentro do processo de aprendizagem de todos, numa unanimidade (Pletsch; Souza, 2021).

Investigações mencionam que as funções e os objetivos das TAs podem servir como educativos e assim como não educativos. devemos pensar que essa estratégia não é somente um recurso isolado para a educação, sobretudo, ela é capaz de refletir e contemplar sobre certas mudanças comportamentais, sociais, econômicas e culturais nas quais todos vivenciamos, desde alunos, professores, organizações, instituições e famílias. Um dos lugares mais privilegiados com estes recursos para essas mudanças seria no contexto escolar, onde alimentada pela tecnologia, especialmente a TA, abre uma possibilidade para que os alunos com deficiência se tornem sujeitos realizados, ativos e engajados, assumindo a responsabilidade pela sua própria aprendizagem, usando-se desta tecnologia como um meio de aprendizado, instituindo alianças para o seu desenvolvimento, seja ele cognitivo ou motor. Logo, pode-se afirmar que tais estratégias podem contribuir com a acessibilidade, não se tratando apenas de uma mera modernização ou absorção dos mais diversos recursos tecnológicos, mas também de uma investigação em desenvolvimento humano (Silva, 2020).

A importância da utilização de recursos e serviços de TA é clara, especialmente no contexto de educação e integração de alunos com deficiência. Entende-se também que a tecnologia por si só não consegue atingir sua plena funcionalidade, os professores precisam estar constantemente capacitados e abertos para aprender novos métodos e práticas de ensino. Logo, o conhecimento das TA é uma preocupação não só do educador especial, mas de todos os envolvidos no campo da educação, porque é “educação para todos”; Os alunos com deficiência também devem ocupar esse espaço de ensino, por isso os professores devem estar preparados para recebê-los. De certo, percebe-se que outros fatores importantes marcam uma certa fragilidade no acesso às TA, como os altos custos, a falta de compreensão dos alunos com deficiência e a falta de preparação dos professores para utilizar este dispositivo na prática da sua formação, dificultando ainda mais a sua utilização (Seeger; Henn; Morgenstern, 2020).

Pletsch e Souza (2021), complementam que o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) permite o acesso de todos ao curso, independentemente da sua condição, respeitando as características e talentos dos alunos, utilizando estratégias pedagógicas/didáticas e/ou tecnológicas diferenciadas, inserindo a inclusão de tecnologias assistivas. Essa perspectiva demonstra uma preocupação em desenvolver métodos e estratégias educacionais voltadas para uma diversidade de temas do conhecimento. Suas diretrizes derivam de uma série de estudos que abrangem planejamento, avaliação, ambientes e recursos que auxiliam no desenvolvimento de atividades educacionais, sejam elas didáticas ou tecnológicas. Sendo este

um dos caminhos mais promissores a despeito da organização e funcionalidade exequível para as práticas e ações da verdadeira inclusão, para se implementar dentro das instituições de ensino.

Para Silva (2020), quando se trata de educação inclusiva e especial, o trabalho deve ser interdisciplinar e transdisciplinar. No ensino superior, a acessibilidade deve garantir segurança e autonomia nos espaços para os PCDs, seus moldes devem atender à natureza única da deficiência de cada pessoa e a tecnologia assistiva deve estar disponível e pronta para uso dos alunos. Não existe um programa que incentive essa adaptação das universidades, pelo contrário, procuram adaptar-se estruturalmente, para ir superando as barreiras que aparecem. Diante disso, a autora relata ainda que estamos longe de eliminar as barreiras atitudinais ou comportamentais que são a principal causa das dificuldades de adaptação para a consolidação do direito à educação e à integração social das pessoas com deficiência. Os programas de aprendizagem das instituições de ensino superior são padronizados e desenhados longe da realidade desses alunos, pautados na maioria das vezes, nas barreiras comportamentais, falta de formação contínua de professores ou mesmo a falta de empatia. Logo, esta discrepância é claramente apresentada como uma desculpa para as universidades não se preocuparem com este grupo de estudantes e até, subversivamente, defenderem a não sustentação deste tipo de investimento.

Contudo percebe-se que as TAs nesses processos, têm desempenhado um papel muito importante pois por meio delas e graças às suas aplicações, vários recursos e dispositivos foram e estão sendo criados para possibilitar o acesso/adaptação aos alunos que tenham dificuldades na aprendizagem, na comunicação, na locomoção e nas interações entre tantos outros impeditivos. A autora menciona que as universidades inclusivas devem ser adaptadas, também em termos de estrutura física, com acessibilidade, ergonomia, sistemas de alarme visual, elevadores para cadeiras de rodas, cadeiras com acentos para cadeirantes em salas de aula, teatros, auditórios, estacionamentos, adaptações dos livros em Braille, placas sinalizadoras nas portas das salas, nos laboratórios, nos elevadores, corrimãos tudo também em Braille; banheiros adaptados, piso tátil em toda instalação, disponibilização de cadeiras de rodas, software com leitor de voz entre outras ações adaptativas assim como também, vários recursos tecnológicos de apoio (Silva, 2020).

Já Seeger, Henn e Morgenstern (2020), debatem que para tal feito, se faz necessário ressaltar que as informações necessárias sobre a TA devem fazer parte da prática organizacional das instituições de ensino superior, para que os envolvidos no processo de integração e inclusão possam compreender melhor na teoria e na prática o efeito dessas

tecnologias. Em contrapartida, percebe-se que os obstáculos relacionados com o acesso a estes equipamentos, sejam devido aos seus elevados custos, acabam sendo o entrave que geralmente dificultam o acesso e aquisição dessas tecnologias assistivas quer seja nas instituições privadas ou quer seja nas instituições de ensino público. Portanto, mesmo onde se observam avanços em termos de garantias constitucionais e políticas públicas inclusivas, ainda não é possível falar de “Educação para Todos”, pois pesquisas científicas atuais geralmente apontam baixas taxas de matrícula e graduação de estudantes com deficiência em relação a estudantes sem deficiência.

Para Sebastian-Heredero, Da Costa Moreira e Moreira (2022), a utilização do desenho universal para a aprendizagem, com base no que está previsto na Lei de Oportunidades no Ensino Superior de 2008 (BRASIL, 2008), baseia-se em uma série de referências cientificamente válidas para orientar a prática educacional que buscam proporcionar flexibilidade na forma de como a informação é apresentada, de como os alunos respondem ou demonstram os seus conhecimentos e competências e como esses mesmos alunos estão motivados e envolvidos na sua própria aprendizagem. Tentando assim, reduzir as barreiras ao ensino, fornecendo acomodações, apoios e desafios adequados para manter elevadas expectativas de desempenho para todos os alunos, incluindo os alunos com deficiência e aqueles limitados pela sua competência linguística na língua de “aprendizagem”. Os autores também apontam que essas ferramentas contribuem para demonstrar e promover a integralidade no desenvolvimento da educação inclusiva como sendo a chamada diferenciação curricular, implementada na DUA permitindo assim, criar ambientes de aprendizagem estimulantes, agradáveis e envolventes para todos os alunos.

Também em consonância a Lei da LBI (2015), a nota técnica 04/2019 do Conselho Regional de Psicologia da São Paulo (2019), acorda que a despeito do direito à educação, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência deve pautar-se e assegurar uma perspectiva de educação inclusiva que facilite o desenvolvimento das habilidades práticas e sociais das pessoas com deficiência, a fim de promover sua participação nesse sistema educacional assim como também, na vida em comunidade. Nesse sentido, o psicólogo deve orientar nas atuações e intervenções de forma a não estigmatizar, individualizar ou criticar as pessoas com deficiência. Os psicólogos devem então assumir uma postura crítica sobre sua prática profissional e forçá-los a pensar sua prática em lógica inversa. Em outras palavras, existem limitações na formação educacional que geralmente são atribuídas às pessoas com deficiência, sendo dever do profissional da Psicologia e a todos os colaboradores do sistema

educacional mitigar essas percepções, ajudando esses sujeitos e a sociedade como um todo, nas dificuldades e impedimentos existentes nesse processo.

Segundo Gomes e Souza (2011), os desafios que os psicólogos escolares enfrentam são tão específicos quanto a especificidade dos problemas que assolam as instituições educativas do país. É necessário, portanto, superar a necessidade de formação política e ideológica, que é a base da atuação profissional crítica e construtiva diante da realidade brasileira, contrapondo-se efetivamente à política de educação fragmentada, de massa e dominante, que há muito norteia nossas escolas. A redefinição da prática da psicologia escolar inclui a utilização de referenciais teóricos e práticos que visam reafirmar os processos interativos conscientes e inconscientes que constituem os temas no processo de ensino e aprendizagem, numa perspectiva dinâmica e histórico-social. A proposta de educação inclusiva oferece, portanto, a possibilidade de repensar as práticas educativas excludentes que historicamente existiram na sociedade. A reflexão contínua sobre a ação e o compromisso de mudar a forma como a diversidade humana é tratada torna-se central para o envolvimento da psicologia no debate sobre a inclusão e na procura de uma sociedade mais inclusiva. Tornar-se psicólogo escolar no Brasil significa conhecer as necessidades psicológicas de todos os sujeitos envolvidos, independentemente da classe social, das capacidades físicas ou mentais, em situações ou circunstâncias de risco, sem discriminação ou intolerância de qualquer espécie ou grau.

Ciantelli (2015), afirma que a atuação do psicólogo de um modo geral, baseia-se em identificar e intervir nas ações dos sujeitos, na sua história pessoal, familiar e social, tendo em conta as condições políticas, históricas e sociais. Sendo assim, no âmbito da Psicologia Educacional e especificamente dentro das instituições de ensino superior, essa contribuição se torna ainda mais relevante, tendo em vista toda a diversidade e complexidade dos entraves nas estruturas educacionais do nosso país. Para a autora, se faz importante a reflexão e acompanhamentos junto aos indivíduos PCDs, pois em universidades, que são lugares de formação, acabam sendo um espaço privilegiado para a transmissão do conhecimento científico e para o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, como o pensamento crítico, a hipótese, a analogia, a síntese, dentre outras. Neste sentido, as universidades devem desempenhar um papel de liderança na educação de pessoas com deficiência e a psicologia tem muitas contribuições a desenvolver nesta área.

Ainda sobre essa discussão, fazem parte do papel do psicólogo dentro dessas instituições instigar sobre a importância de realização das ações de divulgação no campo das atitudes nas universidades, como sensibilizações, conferências e campanhas que possibilitem

a reflexão crítica sobre essa acessibilidade no ensino superior brasileiro. Esses profissionais também devem contribuir para a garantia de condições educacionais e tecnológicas adequadas ao desenvolvimento acadêmico desses estudantes, para garantir assim, o respeito às suas liberdades e direitos, além de combater o preconceito, o estigma e a discriminação, buscando incansavelmente remover as barreiras comportamentais que tanto eles enfrentam. Outra percepção se faz importante salientar é acerca da orientação sobre a inserção de conteúdos nas reuniões regulares de professores, promovendo o esclarecimento de abordagens pedagógicas e possíveis abordagens inclusivas, tendo em conta as especificidades de cada disciplina, incentivando os professores a terem relações mais próximas com seus alunos com deficiência, ajudando-os a compreenderem novos mecanismos de comunicação e maiores oportunidades para os mesmos demonstrarem o desenvolvimento de todo o seu potencial. O acesso a informações adequadas sobre este público se torna uma ferramenta social poderosa que ajuda a reduzir a ignorância e a desinformação que criam estereótipos e preconceitos dos mais diversos dentro dessa conjuntura (Ciantelli, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito que ideamos a igualdade de direitos na educação, atualmente ainda procuramos garantir a igualdade dessas condições, mas sobretudo os lugares e o direito de ser diferente e diverso, essa premissa decorre de um entendimento que pauta o ambiente educacional independentemente do nível e modalidade e dos quais dispõem de espaços heterogêneos, marcados pelas diversidades, repletos de sujeitos com diferentes características e especificidades educacionais. Dentro deste contexto diversificado, demos a atenção para a perspectiva inclusiva dos alunos com deficiência no âmbito educacional do ensino superior. Os resultados da investigação mostram dificuldades no acesso e principalmente na permanência das pessoas com deficiência à educação em todas as modalidades e níveis. No esforço para promover a inclusão e o acesso ao ensino superior, muito trabalho necessita ser feito, especialmente no que diz respeito às barreiras à aprendizagem e ao desenho universal. Diante disso, torna-se importante rever os programas universitários, suas práticas, seus formatos de aprendizagem e seus processos de avaliação.

Ademais é considerável que atender as especificidades de todo o contexto educacional em especial do ensino superior, sem dúvidas é um desafio estimulante, tendo em vistas que mesmo existindo estratégias e caminhos propostos e em construção, fatores de ordem atitudinais são os que mais embarreiram neste processo. Contudo é perceptível que estamos

em um caminho longo, incerto e permeado por desafios, porém que pode amparar esses sujeitos de maneira satisfatória. O estudo propôs-se a discutir sobre as noções do processo de educação das pessoas com deficiência no contexto educacional do ensino superior, assim como alguns apontamentos acerca de como se dão os desafios existentes nos núcleos de acessibilidade e inclusão, e como estes na medida do possível, conseguem mitigar esses obstáculos com suas funções e ações implementadas, além de também discutir como a Psicologia contribui nesse fenômeno tão complexo, diversificado e com tantos obstáculos.

O estudo também apontou uma necessidade de continuidade com maiores aprofundamentos, tendo em vista a complexidade do fenômeno estudado assim como também, a respeito da sua metodologia, pois por ser uma pesquisa de revisão narrativa, não foi possível o aprofundamento nas discussões. Contudo, a problemática é de dinâmica crescente, que demonstra relevância no contexto educacional do ensino superior, reforçando a necessidade de se fazerem novas pesquisas na incidência de perpetuar novas ações e atitudes pertinentes e necessárias para uma educação inclusiva de melhor qualidade para este público em especial, com o compromisso de compreender a diversidade humana de tais sujeitos e assim, desenvolver uma sociedade mais respeitosa, comprometida e democrática dentro desses espaços institucionais de educação.

REFERÊNCIAS

BRAGA JUNIOR, F. V. **Acessibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior: estratégias de governo e processos de inclusão.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3474a> Acesso em 09 jun 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília. Presidência da República [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em 06 nov 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. Presidência da República [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 26 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº:13409 de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília. Presidência da República. [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm Acesso em 05 nov 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília. [2008]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf> Acesso em 09 jun 2023.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo. **Estudantes com deficiência na universidade:** contribuições da psicologia para as ações do núcleo de acessibilidade. 2015. 186 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/199331eb-a4dd-4319-8c04-4303d0230436> Acesso em 15 nov 2023.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Nota Técnica de Orientação sobre a atuação das(os) Psicólogas(os) no atendimento de Pessoas com Deficiência.** São Paulo: CRP 06, 2019. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/nota-tecnica-sobre/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CORDEIRO, A. M; OLIVEIRA, G. M.; RENTERIA, J.M; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do colégio brasileiro de cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007.

GALA, A. S. **Censo IBGE 2022: saiba qual é o cenário das pessoas com deficiência no Brasil.** 2023. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/censo-ibge-2022/>. Acesso em: 30 set. 2023.

GRIBOSKI, C. M; ALVES, D. de O; BARBOSA, K. A. M; BAPTISTA, C. R; MANTOAN, M. T. E; ALMEIDA, M. A; FIGUEIREDO, R. V. de; QUADROS, R. M. de; FREITAS, S. N; DUTRA, C. P; OSÓRIO, A. C. do N; MANZINI, E. J; FLEITH, D. de S. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: **Revista de Educação Especial**, Brasília (DF), edição especial, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52470/1/2008_art_rvfigueiredoacnosorio.pdf Acesso em 18 nov 2023.

GOMES, C; SOUZA, V. L. T. de. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Revista Psicopedagogia**, v. 28, n. 86, p. 185-193, 2011.

MACEDA, M., & ROMANINE, M. Psicologia escolar, educação inclusiva e acessibilidade atitudinal: reflexões a partir de uma revisão de literatura. **Revista Educação E Cultura Contemporânea**, 19(57), 87–118. (2021). Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/2807> acesso em 18 Dez 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, F. A. G. A inclusão e a reserva de vagas para a pessoa com deficiência no ensino superior. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 312-324, 1 mar. 2022. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/repod-v11n1a2022-64910>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64910/33495>. Acesso em: 30 set. 2023.

NOGUEIRA, Giovani Cavalheiro et al. Perfil das pessoas com deficiência física e Políticas Públicas: a distância entre intenções e gestos. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3131-3142, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/zJk5dFMyp9XrFFxP5hrRZPK/?lang=pt> Acesso em 18 Dez 2023.

OLIVEIRA, M.S; RODRIGUES, L.F.F. A Inclusão no Ensino Superior: uma experiência em debate. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n.4, p.17-28, dez.2011. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html> Acesso em: 09 mai. 2023.

PLETSCH, M.D; MELO, F.R.L.V.; CAVALCANTE, L.C. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: experiências e desafios contemporâneos. In: **Educação Superior, Inclusão e Acessibilidade: reflexões contemporâneas**. MELO, F.R.L.V.; GUERRA, E, S.F.M.; FURTADO, M.M.F.D. (Org). Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: Encontrografia, 2021.

PLETSCH, M. D; SOUZA, I. M. S. Diálogos entre acessibilidade e Desenho Universal na aprendizagem. In: **Acessibilidade e desenho Universal na Aprendizagem** (Org) PLETSCHE, M. D.et.al. Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro: Encontrografia, 2021.

SEEGER, M. G; HENN, L. G; MORGENSTERN, J. M. Tecnologias Assistivas: reflexões sobre as práticas formativas inclusivas no Ensino Superior. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 22, n. 51, 2020.

SILVA, D. M. S. **Teoria e Prática de Ensino: Tecnologia Assistiva- Comunicação Alternativa e Aumentativa**. Ipatinga, Minas Gerais. Faculdade Única, 2020.

WELICHAN, D. S. P; SOUZA, C.D. S. A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 146-166, 2017.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E; DA COSTA MOREIRA, S. F.; MOREIRA, F. R. Práticas educativas pautadas no Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1904-1925, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17087>. acesso em 14 nov 2023.